



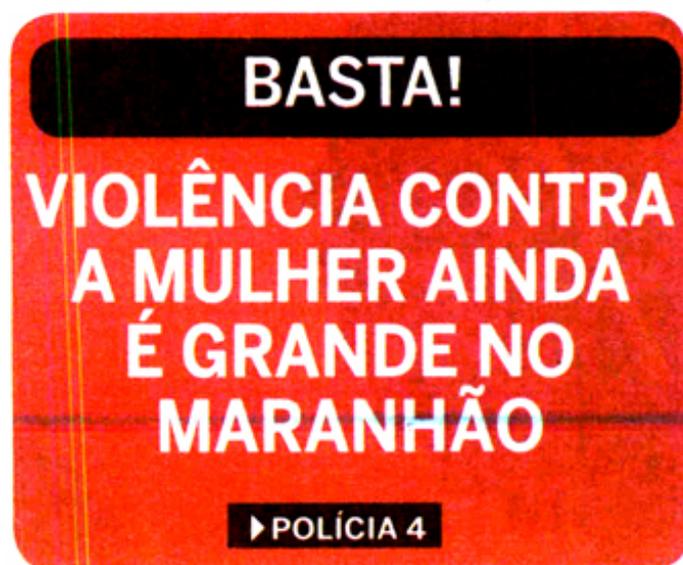
**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

31/05/2013

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. JUÍZES.....	1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4
2.2. DESEMBARGADORES.....	5
2.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	7
3.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DESEMBARGADORES.....	9
4.2. JUÍZES.....	10 - 11
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	12 - 15



► GÊNERO

Mais de mil ocorrências de violência contra mulher foram registradas na Delegacia Especial da Mulher somente este ano

HORA DO BASTA



SANDRA VIANA

O Maranhão figura em 24º no ranking nacional de denúncias de violência contra a mulher e a capital, em oitavo lugar, segundo relatório da 16ª Promotoria Especializada de Defesa da Mulher de São Luís, de abril último. Nos registros de assassinato, São Luís lidera o número de casos, com 30%; seguida de Imperatriz (8%), Timon (4%) e Conceição do Lago Açu (3%). O relatório aponta ainda que, de cada 100 mulheres mortas no país, 70 são assassinadas por maridos, companheiros ou pessoas com quem já se relacionaram.

A Delegacia Especial da Mulher (DEM) registrou até abril deste ano 1.842 ocorrências de violência de gênero. O número é considerado alto, mas, também aponta que a mulher vítima de violência tem denunciado mais e procurado seus direitos, segundo a delegada Kazumi Tanaka. A Lei Maria da Penha contribuiu para o aumento das notificações, observam os órgãos de defesa à mulher. Com a lei, a violência doméstica passou a ser tratada no âmbito do judiciário. Outro benefício é que, a violência contra a mulher passou a ser vista como assunto de caráter público.

O assunto foi tema de dois eventos, com a presença de Maria da Penha Maia Fernandes, que pela primeira vez veio à capital. Ela se tornou referência no combate à violência contra a mulher, após ter ficado paraplégica fruto de agressão do ex-marido. O caso ganhou repercussão mundial e deu origem à Lei Maria da Penha, que pune autores de violência contra a mulher no Brasil. Maria da Penha participou de palestra contando sua história. O evento teve presença ainda de autoridades jurídicas, políticas, sociedade e várias entidades de mulheres e con-



MARIA DA PENHA ESTEVE EM SÃO LUÍS PARA PARTICIPAR DE EVENTO SOBRE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

tou com a palestra 'Violência de Gênero', proferida pela juíza Sônia Amaral Fernandes Ribeiro, titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, que culminou com o relato de Maria da Penha.

RELATO DE UMA LUTADORA

Em seu relato, Maria da Penha discorreu sobre a importância da mulher acionar a lei quando for vítima de agressão e disse ser esta uma arma de combate à violência de gênero. "A lei está aí para que essa violência venha ter fim. Precisamos de uma Justiça que faça valer os direitos dessa mulher vítima e que ela possa ser acolhida dignamente pelos órgãos de proteção", disse Maria da Penha.

MARIA DA PENHA PASSA A SER NOME DE BIBLIOTECA NA CAPITAL

Maria da Penha se mostrou lisonjeada por ter nomeado a primeira biblioteca de gênero do país. A inauguração foi na tarde de quarta-feira, na sede da Secretaria de Estado da Mulher. O espaço acompanhará os padrões bibliotecários, nos serviços de gestão e organização dos materiais bibliográficos com um acervo formado por livros, documentos, legislação, áudio, vídeo e outras publicações relacionadas à temática de gênero. O espaço será aberto ao público para consultas, pesquisas e empréstimos a usuários cadastrados. "Nós tínhamos uma grande demanda por este tipo de obra e agora, poderemos atender por meio deste espaço, que espero, todos façam uso e que venham a colaborar para que tenhamos ainda mais acervo", destacou a secretária da Semu, Catharina Bacelar.

A biblioteca tem como objetivo promover o aprofundamento dos conhecimentos e apoiar estudos e pesquisas sobre a temática de gênero. O intuito é que auxilie no enfrentamento às desigualdades de gênero e à violência a que estão submetidas às mulheres, por meio da implantação de uma biblioteca especializada. Na ocasião foi realizado ainda a tarde de autógrafa do livro autobiográfico "Sobrevivi... posso contar", onde conta sua história e partes do processo que levou à condenação do ex-marido.

QUATRO PERGUNTAS PARA MARIA DA PENHA

- No livro a senhora relata sua história e partes do processo que culminou com a condenação de seu agressor. Qual sua motivação ao escrevê-lo?

Esse livro é um registro do que eu passei e resolvi deixar marcado para que sirva de espelho para outras mulheres e as estimule a denunciar a violência. No meu caso, eu senti o descaso da Justiça, pois demorou longos anos para que meu agressor fosse punido.

- O que a senhora diria para a mulher que sofre agressão?

Que ela perceba seu companheiro e que se ele apresentar um comportamento violento, que ela se distancie dele, que denuncie e que use a lei a seu favor.

- Na sua avaliação, quais os principais avanços da lei Maria da Penha?

A lei é a arma da mulher e só precisa que a mulher acione esse instrumento e que o que ali é determinado seja posto em prática. Antes, não havia uma lei específica para esses casos e que punisse corretamente o agressor. Precisamos ter uma rede de atendimento à mulher e condições de punir. Quando aplicada, a lei cumpre sua finalidade, que é resguardar a mulher que sofre violência.

- A senhora imaginou que seria ícone na luta contra a violência à mulher?

Eu vejo que o que passei e a minha luta foi importante para que se estabelecesse outro olhar sobre a mulher que é agredida. Vejo nesta lei uma chance das mulheres serem protegidas e o que espero é que a lei seja cumprida, pois, quando cumprida ela tem seu efeito. Sinto-me honrada e espero que as mulheres façam uso do seu direito. A lei não é para punir o homem, mas para punir o homem agressor.

Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura Comarca de Joselândia

Juiz Ferdinando Serejo vai responder pela nova unidade do Poder Judiciário por 30 dias, até ser concluída a transição de processos; na Comarca de Presidente Dutra, da qual Joselândia era termo, existem cerca de 1.300 processos a serem analisados

JOSELÂNDIA - Antes termo de Presidente Dutra, Joselândia (327 km de São Luís) inaugurou sexta-feira (24) Comarca no município. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador Antonio Guerreiro Júnior e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha estiveram presentes na solenidade de inauguração.

O fórum, que também vai atender ao termo de São José dos Basílios, onde vivem 7.496 pessoas, está localizado na Avenida Duque de Caxias, s/n, Centro. O juiz Ferdinando Serejo, titular da 2ª Vara de Presidente Dutra, vai responder pela nova comarca por 30 dias, até ser concluída a transição de 1.300 processos, aproximadamente. Depois assumirá, interinamente, o juiz Cristóvão Barros (3ª Vara de Pedreiras).

Ao entregar oficialmente a Comarca, Guerreiro Júnior enfatizou que o sentimento é de dever cumprido, pois há muito tempo a população desejava ter



O desembargador Guerreiro Júnior e o corregedor Cleones Cunha participaram da solenidade de instalação da Comarca de Joselândia

Mais

Participaram da solenidade de instalação da Comarca Hélio Soares (deputado estadual), Marilene Carvalho (vice-prefeita de Joselândia), Antonio Martins (presidente da Câmara de Vereadores), Ilma de Paiva (diretora das promotorias de Justiça), Iara Batista (presidente da Subseção da OAB), juizes, promotores, servidores e comunidade.

a Justiça mais perto para defender seus interesses. "Muitos benefícios terá o povo de Joselândia", afirmou o presidente do TJ.

A iniciativa do Judiciário foi destacada pelo corregedor Cleones Cunha, que elogiou a determinação da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão em efetivar demanda

que aproximará a Justiça dos moradores da comarca.

Para o prefeito de Joselândia, Wabner Feitosa, a instalação atende ao anseio de acessibilidade ao Judiciário. "A distância da Justiça vai diminuir", completou.

Na opinião do advogado Laécio Guedes, que viaja de

Presidente Dutra para atender clientes em Joselândia, a unidade judiciária vai dar celeridade na prestação jurisdicional local, facilitando o trabalho dos advogados que atuam nas duas comarcas. "Desafoga o Fórum de Presidente Dutra, aproxima a população da Justiça e, com isso, ganham as duas cidades", disse.

"Tenho um processo em Presidente Dutra que já dura quase dois anos e para acompanhar viajo até 50 quilômetros para saber do resultado. Agora vai ficar mais fácil, pois vou acompanhar mais de perto, economizando tempo e dinheiro", afirmou a agente comunitária Maria do Socorro Sousa Miranda, 60 anos, um dos 22.929 habitantes de Joselândia, agora beneficiados com a instalação da Comarca.

Após o descerramento da placa de inauguração, magistrados, autoridades e moradores receberam a bênção do pároco Adão Ferreira, que também abençoou as instalações do fórum.

Revisão

O Maranhão terá participação ativa na revisão da Lei das Execuções Penais, que será feita por uma comissão de especialistas coordenada pelo Supremo Tribunal Federal.

O Tribunal de Justiça será representado pelo desembargador Froz Sobrinho, que já participou de outros trabalhos em tribunais superiores.

A secção regional da OAB deve ser representada por dois advogados.

Proposta

O desembargador Froz Sobrinho trabalha uma proposta que, acredita, contribuirá para modernizar a Lei das Execuções Penais.

Em resumo, ele acha que condenado primário, que tenha bom passado e que cometeu crime por circunstância, deve cumprir pena domiciliar, com direito a trabalhar.

Justifica: "Um cidadão que entra no sistema penitenciário sai pior". E faz um alerta: "Minha proposta é para casos especiais".

Caminhada Mariana

Foi emocionante a caminhada organizada pelo Colégio Santa Teresa pelas ruas do Centro Histórico de São Luís, quarta-feira, em uma bela homenagem a Maria.

Com o objetivo de fechar com chave de ouro o mês de maio, mês das mães, a caminhada serviu também para coroar o "Projeto Mariano 2013", realizado pela tradicional escola católica.

A Caminhada Mariana saiu da Capitania dos Portos e percorreu os principais prédios de órgãos públicos da cidade, como os palácios dos Leões e de La Ravardièrre, Tribunal de Justiça, Catedral Metropolitana da Sé e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, terminando em frente ao Santa Teresa com uma grande oração.

Desdobramentos 'encabulosos'

O rumoroso caso do assassinato do jornalista Décio Sá, em abril do ano passado, teve vários desdobramentos nesta semana. Na segunda-feira, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Piauí concedeu habeas corpus ao capitão PM Fábio Aurélio Saraiva, o "Fábio Capita", preso em São Luís, desde o ano passado, acusado de envolvimento na trama que matou Décio Sá e o empresário piauiense Fábio Brasil.

Na quarta-feira, foi a vez de o Tribunal de Justiça do Maranhão, em término do julgamento de um habeas corpus, decidir pelo trancamento da investigação de crime por denúncia caluniosa, instaurada pelo Ministério Público estadual, contra quatro delegados que conduziram inquérito policial sobre o caso Décio Sá. Eles e o secretário de Segurança Aluísio Mendes teriam forjado o depoimento do pistoleiro Jhonatan de Sousa, para incriminar o deputado Raimundo Cutrim no crime.

Na mesma sessão, o TJ adiou o término do julgamento, também relativo ao caso Décio Sá. Foi no sentido inverso. Desta vez, quem pediu para ouvir o deputado Raimundo Cutrim, que tem foro privilegiado, foi o juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri, na ação de incidente de foro por prerrogativa de função. Os desembargadores acharam por bem deixar a oitiva de Cutrim para o final da instrução do processo, depois que for ouvido o pistoleiro Jhonatan.

Ainda, como rescaldo da semana, a Assembleia Legislativa praticamente enterrou a proposta do mesmo Raimundo Cutrim, que tenta criar uma CPI para investigar crimes de agiotagem no Maranhão. A CPI não se forma por falta de duas assinaturas. Seriam necessárias 14 – um terço da Assembleia –, mas as adesões não passaram de 12. Conclui-se que, ou a agiotagem tem forte poder político a ponto de brechar uma CPI, ou os deputados temem desdobramentos perigosos e inconvenientes, que nunca se sabe até onde podem chegar.

FECHADO

Dedetização suspende atendimento em cartório

Uma dedetização a ser realizada hoje, no Cartório do Registro Civil da 1ª Zona (Rua de Santa Rita, Centro), suspende as atividades no local.

A suspensão foi comunicada à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão na última quarta-feira (29), através de

ofício assinado pela registradora do Cartório, Marly Smith Fernandes Gondim.

De acordo com a registradora, um foco de cupim foi descoberto nas instalações da serventia. Os serviços no Cartório serão retomados normalmente na segunda-feira (3 de junho).

■ O desembargador Lourival Serejo que já publicou 15 obras em prosa, está preparando a edição de seu próximo livro "Pescador de Memórias", que reúne 36 poemas em 96 páginas. O lançamento deve acontecer ainda este ano, pela Academia Maranhense de Letras.

Detentas assistem palestra sobre violência doméstica proferida por Maria da Penha

Sete detentas do Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas do Maranhão (Crisma), do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, participaram, na quarta-feira (29), de palestra proferida no Auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa do Maranhão, por Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado e que hoje lidera movimentos em defesa dos direitos das mulheres.

Atendendo ao convite dos organizadores do evento, as detentas foram conduzidas pela diretora da Unidade Prisional, Florípes de Maria Silva, pelo superintendente de Justiça da Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Kécio Rabelo e por quatro agentes de segurança.

Segundo Florípes, é bom sabermos que a luta contra a violência doméstica – onde a mulher é a principal vítima - está sendo fortemente disseminada e que a sociedade já não está mais indiferente a esta problemática.

Na ocasião, as internas – algumas delas vítimas de violência familiar – ficaram comovidas com os relatos de Maria da Penha. Ela é vítima emblemática da violência doméstica, tendo sofrido agressões físicas que a deixaram paraplégica, além de duas tentativas de assassinato pelo ex-marido. O mesmo foi condenado a oito anos de prisão, porém por meio de recursos jurídicos, ficou preso por apenas dois anos, tendo sido liberto em 2002.

Lei Maria da Penha – A Lei é considerada uma vitória pessoal para a palestrante e ao mesmo tempo uma conquista para todas as mulheres. Foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, com o objetivo de aumentar o rigor das punições às agressões contra a mulher, quando ocorridas no ambiente doméstico ou familiar.

A juíza Sonia Amaral também proferiu palestra sobre violência de gênero, durante o evento e apresentou dados que mostram a necessidade de ampliação da rede de proteção

Semu inaugura Biblioteca “Maria da Penha” primeira especializada em gênero no Brasil

O Maranhão conta desde a quarta-feira (29), com a primeira biblioteca especializada em gênero no Brasil. Inaugurada pela secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacellar, e por Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo da luta contra a violência de gênero e nome da biblioteca, a unidade está instalada na sede da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), localizada na Avenida Colares Moreira, no Calhau. O acervo é formado por livros, documentos, periódicos, revistas, áudio e vídeo, todos com a temática de gênero, e é aberto ao público.

A secretária Catharina Bacellar ressaltou o pioneirismo do estado em promover políticas públicas de gênero e raça. “A biblioteca Maria da Penha é a primeira especializada em questões de gênero no país, além dela nós temos também a 1ª Ouvidoria da Mulher, inaugurada em dezembro e que já realizou mais de dois mil atendimentos. O Maranhão também tem a carreta do Viva Mulher, que conta com uma equipe multidisciplinar com advogados, psicólogos, assistente social que levam informações aos municípios”.

A homenageada Maria da Penha elogiou o trabalho do governo do Estado em incentivar ações destinadas a públicos variados, como as mulheres. “Só tenho a agradecer essa homenagem do governo e da Secretaria da Mulher, que faz esse trabalho tão importante de dar visibilidade a causa do enfrentamento a violência, levando informações e promovendo os direitos das cidadãs. Com ações como essa é que a gente trabalha para criar um futuro melhor”, contou.

Também presente a solenidade, a diretora da Biblioteca Pública Benedito Leite, Rosa Maria Ferreira, anunciou a doação de 100 livros para a unidade. “Essa biblioteca vai contribuir para democratizar o acesso à



ANTÔNIO MARTINS

Acompanhada da secretária Catharina Bacellar e da diretora da BPBL, Rosa Maria Ferreira, Maria da Penha observa acervo da biblioteca

informação, que passa pela leitura e pelo conhecimento, e com isso vai ter também uma melhoria na qualidade de vida dessas mulheres”, afirmou.

Gestora da Mulher de Campestre do Maranhão, Ivone da Costa Sousa, veio especialmente para acompanhar a inauguração. “Essa biblioteca é muito importante para nós mulheres, e vim ver também a Maria da Penha, uma lutadora, que nos incentiva a lutar pelos nossos direitos. Essa iniciativa só me faz ter mais orgulho dessa terra”.

Após o descerramento da placa, Maria da Penha autografou o livro “Sobrevivi... posso contar”, que narra sua história de vida e de luta.

Doações – A Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) também contribuiu para acervo da biblioteca com a doação de 26 títulos de autores maranhenses.

Os livros são do acervo da Fapema e foram publicados por meio do edital de Apoio à Publicação (Apub), que destina recursos para a difusão científica e tecnológica por meio de revistas, livros, catálogos e editoração

eletrônica.

Entre os títulos, destaca-se: “Fazendo Gênero no Maranhão”, de Elizabeth Sousa Abrantes; “Senhoras Donas”, de Marize Helena Campos; e “Recolhimento no Maranhão – o redefinir de uma instituição”, de Maria José Rodrigues.

Maria da Penha – Ícone da luta contra a violência de gênero, Maria da Penha Maia Fernandes veio a São Luís pela primeira vez para a inauguração da Biblioteca que leva o nome dela, instalada no prédio da Secretaria de Estado da Mulher (Semu).

Na manhã de quarta-feira (29), ela acompanhou a palestra sobre violência de gênero proferida pela juíza Sônia Amaral, titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, realizada no Auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa. Na ocasião, ela fez um depoimento pessoal sobre a sua trajetória no combate a violência.


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
52 Av. Euclides Figueiredo, S/N - Cahau, 9º andar
CEP.: 65.070-620 São Luís - MA
☎ (98) 3194-5468

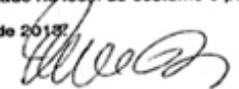
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 24528-62.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R M C DELGADO ME, MANOEL CALDAS PIMENTEL E MARIA IZABEL CARNEIRO PIMENTEL

Citando(a): MANOEL CALDAS PIMENTEL, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível


Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº: 31418-17.2011.8.10.0001
CLASSE CNJ: Execução de Título Extrajudicial
PARTE(S) REQUERENTE(S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): L DE JESUS MARTINS

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE:

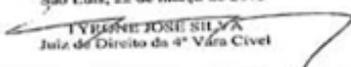
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **L. DE JESUS MARTINS, na pessoa de seu representante legal**, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para pagar no prazo de 3 (três) dias, contados da citação, o valor de **R\$ 13.418,55 (treze mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos)** ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

OBSERVAÇÃO: Fica(m) ciente(s) o(s) executado(s) do que dispõe(m) do prazo legal de 15 (quinze) dias para oferecer embargos à execução.

ADVERTÊNCIA: No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, por força do parágrafo único do artigo 652-A do CPC.

ADVERTÊNCIA: Fica advertido o suplicado de que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 22 de março de 2013


TYRONE JOSÉ SILVA
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Forum "Desembargador Sarney Costa" Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº Cahau - São Luís (MA)
CEP: 65070-620 Fone: (98) 3194 5473 - e-mail: secciv4_stj@tjma.jus.br


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
52 Av. Euclides Figueiredo, S/N - Cahau, 9º andar
CEP.: 65.070-620 São Luís - MA
☎ (98) 3194-5468

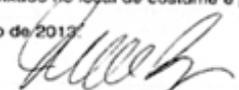
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 18837-67.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R B GALVAO NETO COMERCIO, FIRMINO GALVAO DE SOUSA LIMA NETO E NAZEILDES DE JESUS ALVES

Citando(a): FIRMINO GALVAO DE SOUSA LIMA NETO, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Av. Euclides Figueredo, S/N - Cahau, 6º andar
CEP: 65.076-820 São Luís - MA
☎ (085) 3194-6408

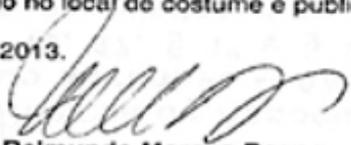
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 18837-67.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R B GALVAO NETO COMERCIO, FIRMINO GALVAO DE SOUSA LIMA NETO E NAZEILDES DE JESUS ALVES

Citando(a): NAZEILDES DE JESUS ALVES, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013.


Dr. Raimundo Moraes Boguea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
23 Av. Euclides Figueiredo, S/N - Calhau, 6º andar
CEP.: 65 076-820 São Luís - MA
☎ (098)3194-5495

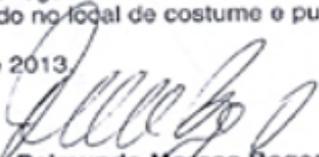
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 18837-67.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R B GALVAO NETO COMERCIO, FIRMINO
GALVAO DE SOUSA LIMA NETO E NAZEILDES DE JESUS ALVES

Citando(a): R B GALVAO NETO COMERCIO, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Av. Euclides Figueiredo, S/N - Caiçá, 6º andar
CEP: 65.075-620 São Luís - MA
☎ (99)3194-6498

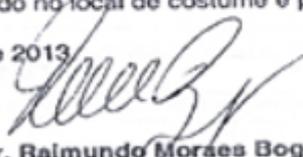
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 24528-62.2011.8.10.0001
Denominação : EXECUÇÃO
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Parte(s) Executada(s) : R M C DELGADO ME, MANOEL CALDAS
PIMENTEL E MARIA IZABEL CARNEIRO PIMENTEL

Citando(a): MARIA IZABEL CARNEIRO PIMENTEL, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 8 de fevereiro de 2013


Dr. Raimundo Moraes Bogea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível